

Que Meios Para O Nosso Futuro – O Próximo Quadro Financeiro Da União Europeia

- **O que é o quadro financeiro plurianual**

O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) é um documento que respeita o orçamento anual comunitário e «destina-se a garantir que as despesas da União Europeia sigam uma evolução ordenada dentro dos limites dos seus recursos próprios» (artigo 312º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Estabelecido, pelo menos, para um período de cinco anos, fixa os montantes dos limites máximos anuais para cada uma das rubricas de despesas, privilegiando os principais setores de atividade comunitários e fixa o limite máximo anual das receitas da União Europeia.

Assim, o QFP é um documento político e orçamental fundamental para planificar o desenvolvimento económico e social dos países da União Europeia, pois define as prioridades políticas e orçamentais futuras, estipulando as áreas a que o financiamento é destinado, ou seja, decide onde se deve investir para promover o crescimento futuro. Garante a previsibilidade das despesas comunitárias e a sua sujeição a uma disciplina orçamental rigorosa, ao nível das despesas e receitas.

Os QFP promovem o crescimento económico e a coesão económica e social, permitindo à UE implementar várias políticas comuns (Política Agrícola Comum, Política Regional, Política Ambiental, etc). Englobam medidas específicas de apoio ao desenvolvimento de infraestruturas económicas, ao investimento produtivo, ao desenvolvimento das competências dos recursos humanos, ao apoio à agricultura e à indústria, à educação, etc.

Após a adesão à União Europeia, os países envolvem-se num processo de integração que garante a homogeneidade económica e social do bloco europeu. Para que se verifique a convergência das economias europeias, reduzindo os desequilíbrios estruturais entre as regiões e os Estados-Membros, é necessário tomarem-se várias medidas para que os países menos desenvolvidos se aproximem dos restantes, através de um desenvolvimento sustentável mais rápido. Para isso, as instituições europeias promovem a atribuição de fundos estruturais aos países menos desenvolvidos, de acordo com o princípio da solidariedade financeira. Os quadros comunitários de apoio inserem-se, assim, no esforço de convergência intereuropeu e correspondem a contratos efetuados entre a União Europeia e cada um dos Estados beneficiários, através dos quais são definidas as regras de implementação e as obrigações das partes envolvidas no sentido de apoiar planos integrados de desenvolvimento.

- **O quadro financeiro em Portugal**

Após a adesão em 1986, Portugal passou a ter acesso a apoios financeiros de ajuda ao desenvolvimento económico, para recuperar do atraso estrutural económico e social. A atribuição dos fundos ocorreu desde 1989 e pretendeu atingir três objetivos fundamentais: assegurar o crescimento da economia e do nível de vida dos portugueses a ritmos superiores aos da média comunitária; fomentar a convergência real (em termos de produto e rendimento) entre a economia portuguesa e a média comunitária; fomentar a coesão económica e social interna do país.

Até agora, Portugal regeu-se por 4 quadros financeiros: o Quadro Comunitário de Apoio I (1989 -1993), o Quadro Comunitário de Apoio II (1994 – 2000), o Quadro Comunitário de Apoio III (2000 – 2006) e o atual Quadro Comunitário de Apoio IV ((2007 – 2013).

A partir de 2014, Portugal vai continuar a receber Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, pois o país apresenta ainda várias regiões com um nível de desenvolvimento abaixo dos 75% da média comunitária.

- **PROPOSTA DO QUADRO FINANCEIRO DA UE PARA 2014-2020**

O montante global proposto para os próximos anos é de 1 025 milhares de milhões de euros em dotações de autorização (1,05% do RNB da UE) e 972,2 mil milhões de euros (1% do RNB da UE) em dotações de pagamento. Pretende-se promover o crescimento económico e o emprego (investindo na educação e na formação profissional, assim como, na investigação e inovação), promover uma agricultura mais ecológica e moderna (investindo estrategicamente na PAC, conciliando o desenvolvimento agrícola com a defesa do meio ambiente e o apoio às comunidades rurais), apostar na segurança europeia (combatendo o crime e o terrorismo e definindo políticas de migração e de asilo) e reforçar as relações externas (privilegiando a prioridade da erradicação da pobreza e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio).

No contexto da atual crise económica europeia e mundial, tem-se verificado um debate muito renhido, relativo ao próximo QFP. Não há consenso, quer entre os Órgãos Comunitários (Conselho Europeu, Comissão Europeia e Parlamento Europeu), quer entre os Estados – membros, sobretudo, entre os países contribuintes líquidos e os beneficiários.

A maioria dos líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu criticaram recentemente a insistência dos líderes dos Estados-membros em cortes mais profundos no quadro financeiro plurianual para 2014-2020. O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, destacou que “pela primeira vez estamos a discutir cortes no quadro financeiro plurianual relativamente ao ano anterior”. Referiu ainda que “somos todos beneficiários – a Europa é um projeto partilhado. Até os contribuintes retiram grandes vantagens dos programas conjuntos”.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro português afirmou que a proposta de quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período 2014-2020, apresentada pelo Presidente do Conselho Europeu, «contém elementos inaceitáveis» e é desequilibrada. Portugal preferia a proposta da Comissão Europeia, elaborada em conjunto com o Parlamento Europeu, pois «servia bem melhor os interesses da coesão e do crescimento europeu». A proposta que será discutida avança com uma diminuição global de cerca 80 mil milhões de euros relativamente à proposta da Comissão e altera os parâmetros mais determinantes para a afetação financeira a Portugal. «Deixaremos muito claro que a crise europeia de desemprego exige uma resposta articulada de políticas ativas e inteligentes de emprego e de formação profissional, sobretudo dirigidas para a população jovem e para os desempregados de longa-duração»

«Deixaremos muito claro que os próximos sete anos devem contar com orçamentos comunitários que apostem devidamente no crescimento apoiado na inovação e na investigação, na educação e na formação avançada em todos os Estados-membros sem exceção. Deixaremos muito claro que precisamos de um orçamento europeu que reforce a competitividade dos países que estão precisamente a fazer um grande esforço para recuperá-la », afirmou, acrescentando que Portugal também defenderá «sem ambiguidades que a reforma do Estado constitui uma peça fundamental na modernização dos nossos países e que também requer enquadramento financeiro europeu».

E afirmou o desejo de que Portugal consiga uma convergência estável e irreversível com os parceiros europeus e de que a União saia desta crise mais unida, mais coesa, mais forte e mais justa.

O Presidente do PE, Martin Schulz, disse aos líderes europeus que “a Europa precisa deste orçamento para investir no crescimento económico...exigir cortes neste orçamento pode ser popular mas é extremamente irresponsável”.